

POLÍTICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE 3

LUIS HENRIQUE ALMEIDA CASTRO
(ORGANIZADOR)



POLÍTICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE 3

LUIS HENRIQUE ALMEIDA CASTRO
(ORGANIZADOR)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Prof^a Dr^a Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Prof^a Dr^a Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof^a Dr^a Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof^a Dr^a Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Prof^a Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Secconal Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Antonio Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR

Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Luis Henrique Almeida Castro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P769 Políticas e serviços de saúde 3 / Organizador Luis Henrique Almeida Castro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-819-9

DOI 10.22533/at.ed.199210102

1. Saúde. I. Castro, Luis Henrique Almeida (Organizador). II. Título.

CDD 613

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A obra “Políticas e Serviços de Saúde” compila 85 trabalhos técnicos e científicos originais produzidos por acadêmicos, docentes e pesquisadores de diversas Instituições de Ensino no Brasil; os textos – que abrangem diversas metodologias de pesquisa – refletem o caráter plural e multidisciplinar desta temática trazendo ao leitor não só o panorama atual das políticas públicas de saúde, mas também como os aspectos biopsicossociais e ambientais característicos de nosso país permeiam este cenário.

Este E-Book foi dividido em quatro volumes que abordam, cada qual, fatores os intrínsecos ligados à política e serviços no âmbito da saúde no Brasil, respectivamente: “Clínica em Saúde”, que traz majoritariamente revisões e estudos de caso no intuito de fornecer novas possibilidades terapêuticas; “Diversidade Social” que tem como foco as ações práticas da comunidade científica no contexto da atuação profissional em coletividades; “Educação em Saúde”, volume que apresenta, discute e/ou propõe opções inclusivas para o ensino de saúde em ambiente comunitário, hospitalar e escolar; e, por fim, “Epidemiologia & Saúde” que compila estudos, em sua maioria observacionais, com foco na análise da transmissão de doenças comuns no cenário nacional ou ainda investigam novas abordagens para o estudo do tema.

Agradecendo o empenho dos autores na construção dessa obra, explicita-se o desejo de que esta leitura contribua para a ampliação do conhecimento científico das políticas públicas nacionais em saúde e também que possa contribuir para novos estudos.

Boa leitura!

Luis Henrique Almeida Castro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO FRENTE A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VITIMIZADOS A VIOLÊNCIA SEXUAL

Natália Carvalho de Costa
Caroline Marinho de Araújo
Lucenda de Almeida Felipe

DOI 10.22533/at.ed.1992101021

CAPÍTULO 2..... 14

CAPACITAÇÃO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM PARA O ATENDIMENTO CIRÚRGICO EM PACIENTES COM CASOS CONFIRMADO OU SUSPEITO DE COVID-19: UMA ESTRATÉGIA PARA A QUALIDADE DO CUIDADO

Maximiana Aparecida dos Reis Fonseca
Valéria Soares da Rocha
Flávia Batista Portugal

DOI 10.22533/at.ed.1992101022

CAPÍTULO 3..... 25

FALHA NA COMUNICAÇÃO ENTRE PROFISSIONAIS DE SAÚDE E FAMÍLIA: PERCEPÇÕES DE ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM

Marjorie Fairuzy Stolarz
Andressa Martins Dias Ferreira
Maria Emília Grassi Busto Miguel
Melissa Ferrari Gomes
Gabriel Pavinati
Lucas Vinícius de Lima
Letícia de Oliveira Piovani
Jhenicy Rubira Dias

DOI 10.22533/at.ed.1992101023

CAPÍTULO 4..... 30

GERENCIAMENTO DE PROTOCOLOS ASSISTENCIAIS PARA A QUALIDADE E SEGURANÇA DO ATENDIMENTO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Samara Atanielly Rocha
Karoline de Souza Oliveira
Matheus Felipe Pereira Lopes
Kelvyn Mateus Dantas Prates
Hiago Santos Soares Muniz
Warley da Conceição Silva
Gabriel Antônio Ribeiro Martins
Ely Carlos Pereira de Jesus
Janine Teixeira Garcia Pinheiro
Jannayne Lúcia Câmara Dias

DOI 10.22533/at.ed.1992101024

CAPÍTULO 5.....37

HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA: DESENVOLVIMENTO DE MATERIAL EDUCATIVO PARA SERVIÇOS DE SAÚDE

Fabiana Santini Einloft
Lucidieine Martinuzzo de Araújo
Valéria Maria Limberger Bayer
Edi Franciele Ries

DOI 10.22533/at.ed.1992101025

CAPÍTULO 6.....46

MODELOS DE ATENÇÃO BÁSICA NO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL: OS MANICÔMIOS FORAM SUBSTITUÍDOS. MAS E A LÓGICA MANICOMIAL?

Bárbara Monique Pereira da Silva Leal

DOI 10.22533/at.ed.1992101026

CAPÍTULO 7.....54

MÚSICA: INSTRUMENTO PARA HUMANIZAR O ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL

Maria Cláudia Mendes Caminha Muniz
Liana Albano Cavalcante
Paula Franco de Almeida
Jamilo Nogueira Paula
Jocélia Maria de Azevedo Bringel
Laurena Gonçalves Lima Costa

DOI 10.22533/at.ed.1992101027

CAPÍTULO 8.....60

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE NA GESTÃO COMPARTILHADA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: REVISÃO INTEGRATIVA

William Caracas Moreira
Myllena Maria Tomaz Caracas
Maryanna Tallyta Silva Barreto
Thaísa Maria de Andrade Gonçalves
Maria Irla de Souza Santana
Ceres Alice Gomes de Barros Sátiro
Milena Leite Veloso
Hertha Nayara Simão Gonçalves
Maysa Victória Lacerda Cirilo
Laiara de Alencar Oliveira
Ana Kelly da Silva Oliveira
Francisco Florêncio Monteiro Neto

DOI 10.22533/at.ed.1992101028

CAPÍTULO 9.....72

O USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO NA FORMAÇÃO HUMANA DE PRECEPTORES EM SAÚDE

Eloiza da Silva Gomes de Oliveira
Caio Abitbol Carvalho

Rodrigo Borges Carvalho Perez
Ronaldo Silva Melo
DOI 10.22533/at.ed.1992101029

CAPÍTULO 10..... 83

PARTO HUMANIZADO NO BRASIL

Audrey Ayumi Fugikawa Incott
Maria da Glória Colucci

DOI 10.22533/at.ed.19921010210

CAPÍTULO 11 99

PERCEÇÃO DOS ENFERMEIROS SOBRE FATORES RELACIONADOS À OCORRÊNCIA DE EVENTOS ADVERSOS EM UM HOSPITAL PEDIÁTRICO

Sidiany Mendes Pimentel
Juliana Bastoni da Silva
Raquel Chaves de Macedo
Thalita Araújo do Nascimento
Guiomar Virgínia Vilela Assunção de Toledo Batello
Juliana Maria Barbosa Bertho de Oliveira
Leidiane Ferreira Santos

DOI 10.22533/at.ed.19921010211

CAPÍTULO 12..... 111

A ETNOMEDICINA INDÍGENA NA VISÃO DOS MÉDICOS DE CAMPO GRANDE-MS: RELATOS E DISCUSSÃO SOBRE INTERMEDICALIDADE

José Danilo Santos Lopes
Maria Inesila Montenegro Garcia de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.19921010212

CAPÍTULO 13..... 121

PERCEÇÕES DE USUÁRIOS DE UMA UNIDADE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DE FORTALEZA/CE SOBRE A ATUAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NA SOCIEDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Karine de Moura Carlos
Anna Clarice de Lima Nogueira
Marina Layara Sindeaux Benevides
Rute Mattos Dourado Esteves Justa
Alane Nogueira Bezerra
Francisco Thiago Sales Rocha
Lizandra Almeida Viana Rios
Ana Tamara Malaquias Silva
Lívia Carolina Amâncio
Antônia Aurileide Teixeira dos Santos
Cosma Duarte Caxiado
Valdiele Lima Barros

DOI 10.22533/at.ed.19921010213

CAPÍTULO 14..... 128

PERCEPÇÕES SOBRE O ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR E HOSPITALAR DA CRIANÇA GRANDE QUEIMADA

Jéssica Maia Storer
Dêmely Biason Ferreira
Bruna Decco Marques da Silva
Edrian Maruyama Zani
Amanda Corrêa Rocha Bortoli
Isaque Augusto da Silva Rocha
Letícia Mansano Martins
Danielly Negrão Guassu Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.19921010214

CAPÍTULO 15..... 135

POSSIBILIDADES DE ATENDIMENTO AO ESTRANGEIRO PELOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE NA REGIÃO FRONTEIRIÇA DE CORUMBÁ/MS – BRASIL

Talini Rodrigues
Rafael Oliveira Fonseca

DOI 10.22533/at.ed.19921010215

CAPÍTULO 16..... 151

PRODUÇÃO DE MATERIAIS PARA AÇÕES DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Flávia Christiane de Azevedo Machado
Alessandra Aniceto Ferreira de Figueirêdo
Iramara Lima Ribeiro
Thais Silva dos Reis
Maria Eloiza da Silva
Maria Carolina Dantas Campelo
Mariana Pereira de Almeida Santos
Suelen Ferreira de Oliveira
Brenda Nayara Carlos Ferreira
Túlio de Araújo Lucena
Maria Antônia Dantas e Silva Lopes
Mariana Bezerra Teles

DOI 10.22533/at.ed.19921010216

CAPÍTULO 17..... 158

PROMOÇÃO DA HIGIENE DE MÃOS ENTRE ACADÊMICOS DE MEDICINA E UM PARALELO COM O PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA DO PACIENTE

Renata Prado Bereta Vilela
Fernanda Aparecida Novelli Sanfelice
Paula Buck de Oliveira Ruiz
Jorge Vilela Filho
Vinicius Bereta
Priscila Buck de Oliveira Ruiz
Jaqueline Lopes Gouveia

Marli de Carvalho Jericó

DOI 10.22533/at.ed.19921010217

CAPÍTULO 18..... 168

**QUALIDADE DOS PROCESSOS DE TRABALHO EM UM HOSPITAL DE CAMPANHA:
USO DE FERRAMENTAS DE GESTÃO**

Maria do Carmo Santos Ferreira

Susane de Fátima Ferreira de Castro

Amanda Patrícia Cardoso Soares

Pedrina Maria Nascimento Araújo Costa

Herilane de Sousa Cavalcante

Priscila Martins Mendes

DOI 10.22533/at.ed.19921010218

CAPÍTULO 19..... 173

**RADIOGRAFIAS DE CRÂNIO E SUA RELEVÂNCIA EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO:
UM ENSAIO ICONOGRÁFICO**

Flávia Sprenger

Gabriel Lucca de Oliveira Salvador

Carlos Eduardo Aguiar

Poliana Palma Barbieri

Liana Bilibio Lunelli

Thais Bianco

Cleverson Alex Leitão

Bernardo Corrêa de Almeida Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.19921010219

CAPÍTULO 20..... 184

**SEGURANÇA DO PACIENTE: EXPERIÊNCIA DE APLICAÇÃO DE UMA FERRAMENTA
VIRTUAL PARA O ESTÍMULO DA APRENDIZAGEM**

Tiffany Horta Castro

Nataly Pereira Pontes

Francisca Beatriz de Vasconcelos Oliveira

Débora Rodrigues Guerra Probo

Diva Teixeira de Almeida

Patrice Vale Falcão Gomes

Ricardo Augusto da Silva Probo

DOI 10.22533/at.ed.19921010220

SOBRE O ORGANIZADOR..... 190

ÍNDICE REMISSIVO..... 191

CAPÍTULO 6

MODELOS DE ATENÇÃO BÁSICA NO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL: OS MANICÔMIOS FORAM SUBSTITUÍDOS. MAS E A LÓGICA MANICOMIAL?

Data de aceite: 01/02/2021

Data de submissão: 05/12/2020

Bárbara Monique Pereira da Silva Leal

CAPS Paulo Marcos Costa
Pós-Graduanda em Instrumentalidade do
Serviço Social (IPEMIG)
São Gonçalo/RJ

RESUMO: O presente manuscrito tem o objetivo de avaliar o funcionamento dos serviços substitutivos do modelo de atenção hospitalocêntrico após a Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB) e como tem acontecido a inserção dos usuários dos serviços de Saúde Mental no âmbito da Atenção Básica de Saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Mental, Reforma Psiquiátrica, SUS, Atenção Básica.

MODELS OF BASIC ATTENTION IN
MENTAL HEALTH CARE: THE MENTAL
HOSPITAL HAVE BEEN REPLACED. AND
HOW ABOUT THE MENTAL ASYLUM
LOGIC?

ABSTRACT: The present manuscript aims to evaluate the functioning of the hospital-centered care model's substitutive services after the Brazilian Psychiatric Reform (BPR) and in which way the insertion of mental health services' users within the basic health care scope has happened.

KEYWORDS: Mental Health, Psychiatric Reform, SUS, Basic Health Care.

INTRODUÇÃO

Conforme apontam SOUZA & RIVERA (2010), a RPB está muito além da desospitalização do cuidado. Quer ser uma mudança de paradigma e transformação da sociedade e das formas de cuidado, retirando o foco da doença e trazendo o sujeito e sua singularidade para o centro das ações e dos debates, fomentando afirmação da cidadania, promoção da autonomia e liberdade e contando com diversos saberes profissionais neste cuidado, destituindo a psiquiatria do saber central para o compartilhamento de ações.

No entanto, constantemente temos ouvido de usuários que preferiam ter todos os serviços de saúde ofertados nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), porque lá “as pessoas os entendem e sabem lidar com eles. Do lado de fora dos CAPS são tratados como ‘malucos’ e não encontram espaços para se expressar, pois tudo é problema de cabeça”¹, o que pode nos fazer questionar o que não tem funcionado neste processo de mudança na forma de cuidado.

Quase cinquenta anos após o início da RPB, observamos que ainda não estamos consolidados. Permanecemos em constante construção do modelo de atenção integral e da lógica substitutiva, tanto com os usuários, como com os profissionais de saúde, que ainda

1 Fala de um usuário durante uma roda de conversa.

apegados ao estigma de “louco perigoso” realizam práticas segregadoras, dificultando a efetivação de uma ação voltada para o cuidado, autonomia e liberdade, em vista de um atendimento humanizado.

Neste contexto, os profissionais de Saúde Mental têm ainda um longo caminho a percorrer com vistas a visibilizar este tema entre os profissionais da Rede de Saúde, para que possam ser cada vez mais uma rede de apoio ao cuidado em saúde mental em vista da promoção da saúde e bem-estar dos usuários.

Com relação aos usuários, é preciso fortalecê-los para que possam compreender que o território é também um espaço para eles, e como tal devem circular e se deixar conhecer pela rede. Empoderá-los no sentido de se sentirem à vontade para circular no próprio espaço resgatando o exercício da cidadania e a luta pela efetivação de seus direitos.

No atual contexto brasileiro carregado de contrarreformas e retrocessos de direitos, é mais importante que nunca gritarmos e nos posicionarmos a respeito dos direitos que conquistamos até aqui. Governos passarão. Nós permaneceremos. Quantas vezes desconstruírem, nós reconstruiremos. Seremos resistência!

Se o território é o lugar, por excelência do controle, também é o lugar possível de emergência de formas e processos de resistência. (DELEUZE, 1992 apud YASUI, LUZIO & AMARANTE, 2018)

1 | CUIDADO EM SAÚDE MENTAL: DO MODELO HOSPITALOCÊNTRICO À REFORMA PSIQUIÁTRICA

O primeiro hospício brasileiro fundado em 1852 no Rio de Janeiro pelo então Imperador Dom Pedro II, tinha o objetivo de separar os alienados da sociedade a fim de mantê-la segura e longe de tais ameaças. Baseado exclusivamente no saber médico, o tratamento dos alienados era na verdade uma política de controle social baseada na contenção dos corpos, retirando-lhes a identidade e o direito de existir com castigos corporais e medicalizações excessivas para dominá-los e eliminar possíveis problemas causados pela sua existência.

Trata-se de um modelo segregador e vitimizador da população usuária, que permaneceu sem grandes mudanças até a década de 1970, onde com a abertura do governo militar² foi desencadeada uma verdadeira efervescência de movimentos sociais já que finalmente os brasileiros tiveram a oportunidade de se mobilizar e falar de seus direitos e necessidades que até então eram oprimidas e suprimidas por meio de castigos físicos e morte há uma década.

Um dos movimentos que eclodiram neste período foi o Movimento da Reforma Sanitária que reivindicava um modelo universal de atenção à saúde dos cidadãos além de mudanças práticas nas formas de atendimento. No interior da Reforma Sanitária, iniciou

2 Regime ditatorial-militar que durou 25 anos no Brasil, de 1964 a 1989. (CODATO, A. 2005. p. 83)

a mobilização de profissionais de Saúde Mental, familiares e cidadãos em busca de uma reforma também no modelo de atenção aos usuários de saúde mental, que mais tarde ficou conhecido como “Movimento de Reforma Psiquiátrica Brasileira”.

No ano de 1986 surge no estado de São Paulo, o primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), como proposta de um modelo substitutivo de tratamento à pessoas com transtornos mentais, não mais centrado no saber médico, mas contando com a participação de outros profissionais no cuidado em uma proposta de atenção em meio aberto de caráter multidisciplinar.

O ano de 1989 marcou a luta da Reforma Psiquiátrica com o Projeto de Lei do Deputado Paulo Delgado (PT/MG), primeira vez que se discutiu sobre o assunto no âmbito do poder legislativo brasileiro. O projeto de Lei direcionava a extinção dos manicômios e a mudança do modelo de atenção para modelos substitutivos ao modelo hospitalocêntrico, em meio aberto que pudesse realizar em conjunto, uma atenção integral à saúde do usuário, além de promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários destes usuários e assim pudessem circular livremente pelo território gozando dos seus direitos de cidadania, autonomia e liberdade.

Apesar da importância desta proposta e das discussões que a envolvem, este Projeto de Lei somente foi promulgado em 2001, através da lei 10.216/2001 e ficou conhecida como “Lei Paulo Delgado” e foi um marco no modelo de atenção e cuidado dos usuários de saúde mental, já que redirecionou o modelo de tratamento para o meio aberto e tornou prioritário o cuidado em serviços de base comunitária.

A partir de então, inicia o direcionamento de extinção progressiva dos manicômios, entendendo a importância de um tratamento de base comunitária, com vistas a reinserção familiar e social e promoção da cidadania dos usuários, deixando os serviços de saúde mental de ser serviços em caráter de instituição total e passando a direcionar o usuário para circular os espaços do território, inserindo-lhes nos serviços como um direito de qualquer cidadão.

Para organizar e dar bases a este serviço, em 2011 através da portaria 3.088 de 23 de dezembro, é instituída a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) que direciona o cuidado das pessoas em sofrimento psíquico para toda a Rede de Atenção Básica de Saúde.

Desde então, nós trabalhadores dos serviços de saúde mental temos trabalhado em busca da efetivação e consolidação desta rede para que o usuário possa cada vez mais se inserir nos espaços e acessar os direitos de livre circulação no território e exercício da cidadania.

Contudo este é um trabalho progressivo, que ainda não está efetivado, mas em permanente construção.

2 | A IMPORTÂNCIA DA ATENÇÃO BÁSICA NA INTEGRALIDADE DO CUIDADO DOS USUÁRIOS DE SAÚDE MENTAL

De acordo com o capítulo I da Política Nacional de Atenção Básica (2006), este nível de atenção é:

Um conjunto de ações de saúde, nos âmbitos individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção a agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde – ações que devem ser desenvolvidas por meio do exercício de práticas gerenciais e sanitárias democráticas e participativas, sob a forma de trabalho em equipe, e dirigidas a populações de territórios bem delimitados, pelas quais assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinamicidade existente nos lugares em que vivem estas populações.

A Atenção Básica é a porta de entrada preferencial para o atendimento da população. É o local onde a comunidade irá recorrer por meio de encaminhamentos ou por livre demanda para a resolução de suas necessidades de saúde das mais básicas às de nível mais complexo, fazendo-se conhecer e buscando a efetivação e a garantia de seus direitos de atendimento.

O atendimento da atenção básica está no território, próximo da realidade dos usuários, do seu local de moradia, costumes e formas de produzir a vida. Trata-se de um ponto estratégico para cuidado, promoção de saúde e prevenção de doenças, disseminação de informações, estímulo a capacitação e participação política dos usuários no que tange ao controle social e cidadania, por isso de grande importância para a construção de um atendimento efetivo.

Este modelo de atenção é fundamental para o cuidado dos usuários que residem no território e por sua característica de universalização, atuação territorial, desenvolvimento de vínculos entre profissionais e usuários e acompanhamento sistemático, torna-se essencial no cuidado aos usuários dos serviços de saúde mental, que a partir da RPB, deve ser pensado a partir da partilha de saberes de diversos profissionais e rede de cuidado a fim de possibilitar a assistência integral ao usuário promover a desfragmentação do cuidado.

A abertura do cuidado destes usuários à rede de atenção básica, tira-nos do ranço das instituições totais, como os manicômios e devolve ao usuário o direito de circular em todos os espaços, promovendo-lhes a cidadania e contribuindo para a extinção dos estigmas comumente atribuídos aos usuários de saúde mental, como as crenças de que tratam-se de “loucos perigosos” e “incapazes”.

Esta forma de trabalho possibilita a construção de um cuidado compartilhado, legitimando os diversos saberes que atuarão sobre a realidade permitindo a contribuição de cada um na leitura e intervenção na realidade. Trata-se de uma forma de trabalhar de maneira colaborativa e construtiva possibilitando a troca entre instituições e profissionais para o alcance de novas possibilidades de atuação e na busca da integralidade da ação e

maior eficácia de intervenção na saúde do usuário.

Torna-se assim, uma via de atuação colaborativa e estabelecimento de corresponsabilidade dos diversos setores da rede e atores envolvidos no cuidado em saúde em busca do avanço do cuidado dos usuários atendidos podendo aumentar a adesão do usuário ao tratamento, já que a atenção básica é a porta de entrada e o setor mais próximo da realidade do usuário, através das Estratégias de Saúde da Família (ESF) e Núcleos de Apoio à saúde da família (NASF).

3 | EXTINÇÃO DOS MANICÔMIOS E MANUTENÇÃO DA LÓGICA MANICOMIAL: A QUEM INTERESSA UM “MANICÔMIO DE PORTAS ABERTAS”?

A Lei Paulo Delgado foi um marco no modelo de atenção à usuários de saúde mental. Contudo, apesar das inúmeras e repetitivas orientações a respeito das estratégias de cuidado de base comunitária e da instituição da Portaria 3.088/2011 (RAPS), o que se percebe é que os pacientes permanecem segregados, mas desta vez em meio aberto.

Ainda podemos perceber nas estratégias de cuidado, o ranço do modelo de instituição total onde o usuário permanece durante todo o dia e tem receio de sair para frequentar os serviços. Falar ao usuário sobre a estabilização de seu quadro e possível transferência para continuidade de seu tratamento em ambulatório é para ele visto como um “castigo”.

O que se percebe é que ainda falta muito na articulação do cuidado do usuário na rede de atendimento, a fim de que o usuário não dependa apenas do serviço do CAPS mas crie dependência de outros dispositivos e redes, conforme orientado pela RAPS, o que aumentaria sua rede de apoio e geraria maior autonomia e liberdade.

Ainda se faz necessária a apropriação por parte dos profissionais de saúde mental das diretrizes de atendimento do público usuário que conta com estratégias a serem seguidas para a inserção da saúde mental na Atenção Básica e maior suporte dos usuários, visando sua integralidade na oferta de serviços³.

Como vemos, o caminho não é um desconhecido a ser desbravado. Existem diretrizes e os primeiros a se apropriarem dele precisam ser os profissionais de saúde mental. Precisa partir de dentro a luta por mudança. Fazer conhecer a lógica do cuidado e o usuário tal como ele é: um ser cheio de singularidade que não merece e não deve ser visto como um transtorno ou um CID⁴. Ou como afirmam YASUI, LUZIO & AMARANTE (2018), mostrar que o usuário não é um transtorno, ele “tem um transtorno a ser tratado, que precisa ser colocado entre parênteses” em seu dia a dia, pois ele é muito mais do

3 De acordo com SOUZA & RIVERA (2010), as estratégias para a inserção da Saúde Mental na Atenção Básica seriam: Apoio matricial da Saúde Mental nos serviços de Atenção Básica; a formação, como estratégia prioritária para a inclusão da Saúde Mental na Atenção Básica e a inclusão da saúde mental no sistema de informações da Atenção Básica. Os eixos de atuação propostos são: a responsabilização, articulação, acolhimento, estabelecimento de vínculos e integralidade do cuidado.

4 Classificação Internacional de Doenças.

que seus sintomas. A partir deste árduo trabalho (porém muito necessário), crescem as possibilidades de realização de um atendimento humanizado, integral e compartilhado.

Se a distribuição do cuidado não é feita em vista de um tratamento integral, o serviço não cumpre seu papel de “substitutivo” e volta às origens de instituição total, segregando os usuários em vez de empoderar-lhes em vista de conhecer e assumir seus direitos e seu lugar de cidadãos na sociedade. Um verdadeiro “manicômio de portas abertas”, que poderia ser considerado um retrocesso e um regime de tratamento ainda mais violento do que antes: O regime anterior aprisionava corpos. Aqui, falamos do risco de aprisionamento de subjetividades com aspecto e falsa sensação de liberdade, ou conforme FOUCAULT (1975), a prática da docilização de corpos como forma de dominação, realizando a manutenção das práticas higienistas e segregadoras, veladas de liberdade. Ou, conforme YASUI, LUZIO & AMARANTE (2018), o serviço corre o perigo de tornar-se

um poderoso dispositivo de articulação de práticas disciplinares, que investem na normalização de corpos e de práticas de controle, que se capilarizam nos territórios dos espaços urbanos. Produção de corpos e de modos de vida: do corpo dócil ao corpo útil, cúmplice, aparentemente participativo, ajustado, consumidor. (p.179)

4 | CONCLUSÃO

Desde a década de 1970, a sociedade brasileira muito avançou no quesito políticas públicas. O Movimento da Reforma Sanitária, um dos movimentos populares iniciados neste período, nos trouxe a possibilidade de repensar o modelo de saúde que estava sendo oferecido para a população até aquele momento e iniciar a construção de um novo modelo de saúde pautado na universalização do acesso, descentralização e humanização.

Em 1988 com a promulgação da Constituição Federal vigente, é constituído o Sistema Único de Saúde (SUS) com base nas reivindicações e questionamentos iniciados nos movimentos de Reforma Sanitária.

Este novo modelo nacional de oferta de serviços de saúde traz como novidade a universalização do acesso (todos têm direito a acessá-lo, independente critérios de elegibilidade), descentralização de serviços e corresponsabilidade entre os entes federativos (união, estado e municípios), serviços de base territorial (atende de acordo com a base territorial populacional).

Esta nova forma de organização de serviços de saúde tornou-se uma política fortalecedora das orientações e práticas propostas pela Reforma Psiquiátrica no que tange ao atendimento dos usuários dos serviços de saúde mental. A partir do Sistema Único de Saúde (SUS), foi possível pensar a saúde enquanto política universal e igualitária, com a oferta de serviços descentralizados e hierarquizados, de caráter humanizado e de participação popular efetiva e ativa na sua construção.

No que diz respeito à inserção do cuidado em saúde mental nos dispositivos

de atenção básica de saúde, a RAPS (portaria 3.088/2001) traz a necessidade de um serviço de saúde mental articulado aos serviços de atenção básica de território, a partir da corresponsabilidade e colaboração mútua de serviços a fim de ofertar atendimento integral aos usuários.

Em 2019, a RAPS completa a sua maioridade. Aos 18 anos, podemos dizer que ainda temos como um desafio a luta pela efetivação desta jovem que tem sido tão atacada nos últimos anos através de medidas tomadas pelo governo federal, das eras Temer e Bolsonaro proporcionando celeridade do desmonte de tantos avanços alcançados com a Reforma Psiquiátrica, até aqui.

No ano da maioridade da RAPS, com um longo caminho a percorrer na efetivação e promoção desta rede e do atendimento humanizado aos usuários dos serviços de saúde mental, a luta pela efetivação e pela permanência desta forma de cuidado precisa estar mais viva do que nunca na atuação de cada profissional de saúde mental.

Muito ainda temos que nos apropriar da construção desta rede de atendimento de maneira a efetivar um atendimento favorável e integral aos nossos usuários e promovê-los, a fim de que se reconheçam como sujeitos de direitos e possam estar na sociedade lutando por seu espaço.

No atual contexto de retrocessos e ataques aos avanços obtidos até aqui, precisamos resistir com nossa atuação profissional pautada na ética e nos direitos humanos em defesa dos usuários e na garantia de seus direitos. Seguiremos adiante! Não retrocederemos!

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 10.216 de 6 de abr. de 2001. Lei Paulo Delgado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm>. Acesso em 10 out 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Conferência Regional de reforma dos serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. Brasília. 2005. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf> Acesso em: 10 out 2019.

BRASIL. Portaria nº 648 de 28 de março de 2006. Política Nacional de Atenção Básica. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prtGM648_20060328.pdf> Acesso em 18 out 2019.

BRASIL. Portaria nº 3.088 de 23 de dezembro de 2011. Rede de Atenção Psicossocial. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html>. Acesso em 18 out 2019.

CODATO, A. Uma história política da transição brasileira: Da ditadura militar à democracia. Revista Sociologia e Política. nº 25. Curitiba. 2005. p. 83-106.

CORREIA, V. BARROS, S. COLVERO, L. Saúde Mental na atenção básica: prática da equipe de saúde da família. Revista Escola de Enfermagem USP. 2011. 45(6). p. 1501-1506.

DELEUZE, G. (1992). Conversações, 1972-1990. São Paulo, SP. Ed 34.

DELGADO. P. G. Revista trabalho, educação e saúde. Reforma psiquiátrica: estratégias para resistir ao desmonte. Rio de Janeiro. 2019. 17(2). Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/tes/v17n2/1678-1007-tes-17-02-e0020241.pdf> > Acesso em 18 out 2019.

FONTES. E. Da institucionalização da loucura à Reforma Psiquiátrica: as sete vidas da agenda pública em saúde mental no Brasil.

FOUCAULT. M. Vigiar e punir. 1975. Biblioteca de teoria política; 9. 2013.

HIRDES. A. A reforma psiquiátrica no Brasil: uma (re) visão. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n1/a36v14n1.pdf> > Acesso em 10 out 2019.

LEMLE. M. O primeiro hospício do Brasil e o controle social no fim do século XIX [Online]. Scielo em perspectiva: Humanas; 2016. Disponível em: <<https://humanas.blog.scielo.org/blog/2016/10/28/o-primeiro-hospicio-do-brasil-e-o-controle-social-no-fim-do-seculo-xix/> > Acesso em 10 out 2019.

PAIVA, C; TEIXEIRA, L. Reforma Sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores. História, ciências, saúde. Manguinhos - Rio de Janeiro. V.21, n.1, jan-mar. 2014, p.15-35.

RIBEIRO. D. C. Ciência, caridade e redes de sociabilidade: o hospício de Pedro II em outras perspectivas. História, ciências, saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, out-dez. 2016, p. 1153-1167.

RIBEIRO. S. A criação do Centro de Atenção Psicossocial Espaço Vivo. Psicologia, ciência e profissão. 2004, 24 (3). p. 92-99.

SOUZA. A. C; RIVERA. F. J. U. A inclusão das ações de saúde mental na Atenção Básica: ampliando possibilidades no campo da saúde mental. Disponível em: <<http://www6.ensp.fiocruz.br/repositorio/sites/default/files/arquivos/Inclus%C3%A3o.pdf> > Acesso em 10 out 2019.

TEIXEIRA, M; COUTO, M; DELGADO P. Atenção básica e cuidado colaborativo na atenção psicossocial de crianças e adolescentes: facilitadores e barreiras. Revista Ciência e Saúde coletiva, 22 (6). 2017. p. 1933-1942.

YASUI, S.; LUZIO, C.; AMARANTE, P. Atenção Psicossocial e atenção básica: a vida como ela é no território. Revista Polis e Psique, 2018; 8(1): 173-190.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agente comunitário de saúde 135, 136, 137, 138, 139, 141, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150

Atenção básica 5, 10, 13, 44, 46, 48, 49, 50, 52, 53, 76, 111, 114, 115, 118, 119, 136, 137, 139, 140, 143, 146, 147, 148, 149, 152, 156

Atenção primária 11, 13, 68, 118, 121, 122, 123, 126, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 188

Atendimento pré-hospitalar 128, 131

Atentado ao pudor 1, 4

C

Comunicação 14, 17, 18, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 58, 72, 74, 75, 80, 81, 90, 101, 105, 107, 115, 123, 126, 132, 135, 137, 146, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 165, 185, 186

Conselho municipal de saúde 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70

Coronavírus 15, 19, 23, 24, 171

Covid-19 14, 15, 19, 23, 24, 152, 156

Criança 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 55, 92, 97, 101, 107, 109, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 152, 156, 177

Cuidados de enfermagem 1, 3, 4, 55, 94

E

Educação em saúde 10, 26, 28, 37, 39, 40, 43, 44, 72, 73, 76, 132, 137, 151, 152, 153, 154, 157, 184

Enfermagem 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 29, 30, 32, 33, 36, 44, 52, 55, 58, 71, 94, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 105, 107, 108, 109, 110, 129, 131, 133, 134, 137, 149, 151, 157, 158, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 184, 185, 186, 187, 188, 189

Equipe de enfermagem 3, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 20, 22, 23, 33, 36, 98, 129, 131, 133, 134, 169

Etnomedicina 111, 112, 114, 116, 117, 118

G

Gestante 90, 91, 93, 95, 97

Gestão compartilhada 60

Gestão hospitalar 31

H

Higiene 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166

Hipertensão arterial sistêmica 37, 38, 39, 43, 44, 117

Hospital de campanha 168, 170, 172

Hospital pediátrico 99

Hospital universitário 14, 16, 25, 27, 81, 173, 175

I

Intermedicalidade 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119

M

Manicômio 50, 51

Medicina 36, 59, 86, 87, 111, 112, 113, 117, 119, 120, 125, 127, 134, 137, 151, 158, 159, 161, 165

Música 54, 56, 57, 58, 59

N

Neonatologia 54, 56, 57

P

Pandemia 14, 15, 16, 19, 20, 21, 23, 24, 168, 169

Parto humanizado 83, 84, 85, 86, 87, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97

Preceptores 72, 74, 76, 77, 81

Profissionais de saúde 25, 27, 30, 32, 46, 50, 83, 85, 88, 90, 91, 92, 96, 116, 135, 137, 142, 143, 161, 162, 166, 188

Programa nacional de segurança do paciente 29, 101, 104, 105, 108, 158, 160, 165, 166

Q

Qualidade do atendimento 76

R

Radiografia de crânio 174, 182

Reforma psiquiátrica 46, 47, 48, 51, 52, 53

S

SARS-COV-2 23

Saúde da família 5, 9, 38, 40, 43, 44, 50, 52, 70, 109, 127, 136, 137, 139, 140, 141, 143, 144, 147, 148, 149, 150, 157, 189

Saúde mental 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 98

Segurança do atendimento 30

Segurança do paciente 14, 15, 17, 20, 25, 26, 29, 31, 32, 35, 36, 77, 78, 100, 101, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 158, 159, 160, 161, 162, 165, 166, 167, 169, 172, 184, 185,

186, 187, 188, 189

Sistema único de saúde 38, 51, 53, 60, 61, 62, 64, 65, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 92, 93, 97, 119, 121, 122, 123, 127, 135, 136, 140, 148, 149, 152, 154

T

Tecnologias da informação 72, 74

U

Unidade de terapia intensiva neonatal 54, 56, 188




V

Violência sexual 1, 2, 3, 4, 5, 9, 10, 12, 13

POLÍTICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE 3

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

POLÍTICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE 3

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 